

A função dos adiamentos na marcha da insensatez

LUIZ CARLOS LISBOA

O poeta, crítico, ensaísta e lexicógrafo inglês Samuel Johnson, conhecido para sempre como dr. Johnson, escreveu um dia e assinou embaixo que o patriotismo era com frequência o último refúgio dos patifes, entre os quais podia vislumbrar alguns políticos seus conhecidos. Em época de crise e em países sem tradição democrática, nos tempos modernos, pode dizer-se talvez que esse tem sido, mais que refúgio, uma fortaleza onde se escondem, no alegado zelo pela Pátria, o populismo, a xenofobia, o estatismo e outras doenças contemporâneas. O adiamento para a próxima semana das propostas de alteração do regimento da Constituinte resultou, uma vez mais, de habilidades e confabulações visando a "dar tempo ao tempo" — que na linguagem das raposas significa a implantação de dobradiças em algumas colunas vertebrais mais rijas; e dispersão da maioria absoluta da assembleia, até há dois dias disposta a amoldar o projeto da futura Constituição pela vontade de quase 300 representantes, num plenário de 659 constituintes.

Ventos "patrióticos" sopraram na quinta-feira em Brasília, e pelo conselho constante do presidente Ulysses Guimarães resolveu-se adiar todo o debate que não se podia vencer imediatamente. A experiência de Ulysses (ausente, cumprindo o dever patriótico de substituir o presidente Sarney) emocionou esquerdistas, "avancados" e comissários sistemáticos, pela sua sabedoria. A ordem era amolecer o chamado Centro Democrático, fosse pelos argumentos, fosse pela pressão psicológica; fosse ainda pelo tempo. Pela segunda vez, a maioria cedeu espaço à inegável tarimba de uma minoria pertinaz, servida pela (digamos assim) vivência profissional de homens de muitas legislaturas, vários ministérios e diferentes cargos públicos. O Centro majoritário está sendo massageado por experientes políticos acostumados a lidar com toda a espécie de resistência, requeitando o que ainda parece cru, esfriando o que parece quente, ou apenas dando um "suadouro" na maioria liberal, moderada e modernizadora — por isso mesmo inconfiável para a minoria nacional — socialista — de modo que na quarta-feira, dia 2 de dezembro, as dissidências tenham florescido como as "mil flores" que Mao Tsé-tung liberou e finalmente podou na Revolução Cultural.

Os senadores José Richa e Marco Maciel, bem como os deputados Francisco Dornelles e Sandra Cavalcanti, foram excluídos pelos coordenadores do Centro da condição de intermediários em qualquer acordo, porque aparentemente mudaram de posição na luta pela reforma do regimento da Constituinte. Têm suas razões para isso, naturalmente, como as terão também os que até a próxima semana decidirem dar seu apoio ao projeto da Comissão de Sistematização, produzido por reconhecida minoria da Assembleia e congelado ad perpetuum pela loucura regimental que agora está tentando modificar. Esse novo

adiamento não visa a permitir negociação entre as partes, como há quem nos queira fazer acreditar, mas simplesmente dobrar pelo emocionalismo habitual e, quando nada, pela preguiça e pela inércia que conservam sempre alguns constituintes nos seus confortos estaduais, longe de Brasília. "O individualismo dessa gente vai trabalhar por nós", dizia uma raposa nacional-estataizante na noite de quinta-feira, numa das mesas do Restaurante Florentino, antes da grande revoadada do final da tarde, para longe do Planalto Central.

Uma vez mais fica demonstrado que a vida pública nacional é organizada de tal maneira que qualquer pequeno grupo bem-estruturado pode empolgar aqui o poder quando quiser, desde que tenha existência mínimas (5% do eleitorado é bastante), a decisão dos sectários e a experiência malandra dos velhos profissionais do ramo. Num país sem partidos políticos, qualquer pequena organização disciplinada pode levar vantagem e conquistar posições inarredáveis. Melhor que as aparências do poder é sua efetividade, e as "minorias sem nome" sabem tudo a respeito disso. O movimento do Centro majoritário para alterar o regimento da Constituinte foi o único gesto de rebeldia registrado nos últimos tempos, contra a expertise das minorias ousadas no Brasil e a favor da modernização do País. Se até quarta-feira funcionar, como esperam seus autores minoritários, o processo de dissolução e anestesia daquele movimento, a tentativa da maioria pode entrar para a História como a última que antecedeu a grande e cinzenta depressão sócio-econômica da nossa geração, por estas bandas do mundo. A traição ao eleitorado que escolheu 559 constituintes para fazerem uma Carta, preparada finalmente pelos 93 membros de uma comissão (com seus relatores apontados a dedo), deverá ser denunciada ao País como erro inominável cuja reparação estaria a exigir a convocação de outra Assembleia Nacional Constituinte, com um regimento menos estúpido e suicida que o atual e com lideranças mais equânimes e democráticas.

Não estão em jogo hoje questões como a estabilidade no emprego, a nacionalização da distribuição do petróleo, a reforma agrária ou a semana de 44 horas para os trabalhadores. O que se exige agora é que essas questões sejam decididas pela maioria dos constituintes, e não pelo pequeno grupo golpista que associou o regimento, uma escolha de homens-chaves, alguns prazos e reiterados adiamentos para fazer afinal uma Constituição ao gosto de uma minoria que não consegue nada nas urnas mas quer conquistar tudo no grito e na ousadia — reunindo a experiência de minorias estrangeiras que em seus países estão no poder pela força, à vivência acumulada pela malandragem política nacional nos seus muitos anos de maleabilidade e conciliação. Depois ninguém entende aqui por que os jovens falam tanto em sair do País para começar tudo de novo lá fora, longe dessa insensata vida pública brasileira.